

ATA DA 322ª SESSÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Aos três dias do mês de março de dois mil e vinte e três, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala 1 2 de Reuniões do Conselho Superior, teve início a 322ª Sessão Ordinária do Conselho Superior, sob a 3 condução do Presidente do Conselho Superior, Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur. 4 Estiveram presentes os Conselheiros Arinda Fernandes, Antonio Ezequiel de Araujo Neto, Maria 5 Rosynete de Oliveira Lima, Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza, Maurício Silva 6 Miranda, Antonio Marcos Dezan e o Corregedor-Geral do MPDFT, Nelson Faraco de Freitas, e, por 7 plataforma de videoconferência, o Conselheiro Rômulo Douglas Gonçalves de Oliveira. Ausentes 8 justificadamente os Conselheiros Mauro Faria de Lima e Marta Alves da Silva. I - ELEIÇÃO 9 PARA O CARGO DE OUVIDOR. Candidataram-se ao cargo o Procurador de Justiça Francisco 10 Leite de Oliveira e os Promotores de Justiça Kátia Christina Lemos e Flávio Augusto Milhomem. Foi utilizado o sistema eletrônico Votus para a realização do escrutínio, em substituição às cédulas 11 12 impressas. O Presidente do Conselho Superior anunciou que o sistema estaria disponível para votação das quinze até as dezessete horas. Feita a apuração, o candidato Francisco Leite de Oliveira 13 obteve oito votos, a candidata Kátia Christina Lemos obteve três votos, e o candidato Flávio 14 Augusto Milhomem obteve dois votos. A lista tríplice foi, então, formada pelo Procurador de Justiça 15 Francisco Leite de Oliveira e pelos Promotores de Justiça Kátia Christina Lemos e Flávio Augusto 16 Milhomem, nesta ordem. A referida lista será encaminhada à Procuradora-Geral de Justiça para que 17 se proceda à nomeação do novo Ouvidor do MPDFT. II – EXPEDIENTE. 1. COMUNICAÇÕES 18 19 DA PRESIDÊNCIA. A. Apresentação do cronograma de eleição para elaboração, pelo Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça, da lista sêxtupla para o cargo de Desembargador do TJDFT, 20 e designação da Comissão Eleitoral para dirigir os trabalhos (art. 94 da CF; art. 162, III, da LC 21 22 75/93; e Resolução CSMPDFT nº 272/2021). O Colegiado aprovou, à unanimidade, o cronograma e a Comissão Eleitoral, integrada pelo Procurador de Justiça Bruno Amaral Machado, pelos 23 24 Promotores de Justiça Glauber José da Silva, Jefferson Lima Lopes e Gladson Raeff Rocha Viana, e 25 pelo Promotor de Justiça Adjunto Pedro Mendes Luna para, sob a presidência do primeiro e secretariada pelo último, dirigir a referida eleição. B. O Presidente do Conselho Superior 26 27 comunicou que irá autorizar, ad referendum do Colegiado, o afastamento do Promotor de Justiça 28 Roberto Carlos Batista para participar da Conferência da Água da Organização das Nações Unidas 29 - ONU, a realizar-se no período de 20 a 24 de março de 2023, na sede da ONU, em Nova York (EUA), referente ao Processo nº 08191.009428/2023-24, de relatoria da Conselheira Selma Leite 30 31 Sauerbronn de Souza, cujo voto será trazido ao Colegiado na próxima sessão. COMUNICAÇÕES DA PROCURADORIA DISTRITAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO – 32 **PDDC. A.** Ofício nº 160/2023-PDDC, de 2 de março de 2023 (*Tabularium* nº 08191.010036/2023-33 34 16), que encaminhou o relatório de atividades da Procuradoria Distrital, referente ao mês de 35 fevereiro de 2023. O Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão, José Eduardo Sabo Paes, estava presente à sessão e usou da palavra para prestar breves esclarecimentos. Cientificado o Colegiado. 36 37 O Procurador Distrital sugeriu que fosse enviada moção de pesar à família do técnico de áudio João 38 Guilherme de Souza Brito Nazaré, que muito colaborou com seu empenho e dedicação no que tange 39 às atividades da PDDC, bem como do Conselho Superior, no que foi acompanhado à unanimidade pelo Colegiado. 3. COMUNICAÇÕES DA OUVIDORIA. A. Ofício nº 816/2023-Ouvidoria, de 8 40 41 de fevereiro de 2023 (Tabularium nº 08191.006901/2023-11), que encaminhou relatório anual da 42 Ouvidoria e do Serviço de Informações ao Cidadão do MPDFT, referente ao ano de 2022; B. Ofício 43 nº 831/2023-Ouvidoria, de 13 de fevereiro de 2023 (Tabularium nº 08191.007444/2023-82), que



encaminhou relatório de atividades da Ouvidoria, relativo ao mês de janeiro de 2023; C. Ofício nº 44 350/2023-Ouvidoria, de 13 de fevereiro de 2023 (Tabularium nº 08191.007447/2023-16), que 45 46 encaminhou relatório dos Pedidos de Informação requeridos ao MPDFT, relativo ao mês de janeiro 47 de 2023. O Ouvidor do MPDFT, Promotor de Justiça Libânio Alves Rodrigues, estava presente à sessão e usou da palavra para prestar breves esclarecimentos, entre os quais destacou a 48 49 modernização do sistema operacional e criação da central de libras, e agradeceu os dois mandatos à frente da Ouvidoria. Encerrada a manifestação, os membros do Conselho Superior e o Presidente da 50 51 Associação dos Membros do MPDFT, Promotor de Justiça Trajano Sousa de Melo, parabenizaram 52 o excelente trabalho realizado pelo Promotor de Justiça Libânio Alves Rodrigues. 4. COMUNICAÇÕES DA CORREGEDORIA-GERAL. A. Relatório Final de Correição: (1) 53 Correição Ordinária da 13ª Procuradoria de Justiça Criminal (Procurador de Justiça Dicken William 54 Lemes Silva) – 08191.060962/2022-43; (2) Correição Ordinária da 7ª P.J. de Execuções Penais 55 (Promotora de Justiça Andrea Bernardes de Carvalho) - 08191.060968/2022-11; (3) Correição 56 Ordinária da 2ª P.J. de Execuções das Penas e Medidas Alternativas (Promotora de Justica Elizabeth 57 58 Helena de Faria Campos) – 08191.060969/2022-65; (4) Correição Ordinária da 1ª P.J. Especial 59 Criminal do Núcleo Bandeirante (Promotor de Justiça Diógenes Antero Lourenço) -08191.060973/2022-23; (5) Correição Ordinária da 10^a P.J. Criminal de Ceilândia (Promotor de 60 Justiça Dermeval Farias Gomes Filho) – 08191.060974/2022-78; (6) Correição Ordinária da 5ª P.J. 61 62 Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Ceilândia (Promotora de Justiça Denise Rocha Mendes 63 Costa) – 08191.060975/2022-12; (7) Correição Ordinária da 1ª P.J. Especial Criminal e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de Planaltina (Promotor de Justiça Cyro 64 65 Vargas Jatene) – 08191.060977/2022-10; (8) Correição Ordinária da 1ª P.J. Criminal e do Tribunal do Júri de Santa Maria (Promotora de Justiça Cristina Machado Borges Leal) 66 08191.060978/2022-56; (9) Correição Ordinária da 1ª P.J. de Defesa do Patrimônio Público e 67 Social (Promotor de Justica Roberto Carlos Silva) – 08191.073891/2022-49; (10) Correição 68 Ordinária da 2ª P.J. de Defesa do Patrimônio Público e Social (Promotor de Justiça Alexandre Sales 69 70 de Paula e Souza) - 08191.073899/2022-13; (11) Correição Ordinária da 3ª P.J. de Defesa do 71 Patrimônio Público e Social (Promotor de Justiça Eduardo Gazzinelli 08191.073900/2022-00; (12) Correição Ordinária da 4ª P.J. de Defesa do Patrimônio Público e 72 73 Social (Promotor de Justiça Alexandre Fernandes Gonçalves) – 08191.073902/2022-91; (13) 74 Correição Ordinária da 5ª P.J. de Defesa do Patrimônio Público e Social (Promotor de Justiça 75 Fabiano Mendes Rocha Pelloso) – 08191.073905/2022-24; (14) Correição Ordinária da 6ª P.J. de Defesa do Patrimônio Público e Social (Promotor de Justiça Sérgio Bruno Cabral Fernandes) -76 77 08191.073907/2022-13; (15) Correição Ordinária da 7ª P.J. de Defesa do Patrimônio Público e Social (Promotora de Justiça Lenna Luciana Nunes Daher) – 08191.073909/2022-11; (16) 78 79 Correição Ordinária da 3ª P.J. de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural -80 08191.074041/2022-68; (17) Correição Ordinária da 1ª P.J. de Defesa da Ordem Urbanística (Promotor de Justica Dênio Augusto de Oliveira Moura) – 08191.074070/2022-20; (18) Correição 81 82 Ordinária da 5ª P.J. de Defesa da Saúde (Promotora de Justiça Helena Rodrigues Duarte) -83 08191.106603/2022-40; (19) Correição Ordinária da 6ª P.J. de Defesa da Saúde (Promotora de Justiça Cleonice Maria Resende Varalda) – 08191.106609/2022-17; (20) Correição Ordinária da 2^a 84 P.J. Regional de Defesa dos Direitos Difusos – Riacho Fundo – 08191.106677/2022-86; (21) 85 Correição Ordinária da 4ª P.J. Regional de Defesa dos Direitos Difusos - Samambaia -86 87 08191.106700/2022-32; (22) Correição Ordinária da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão da 88 Ordem Júridica Cível Especializada - 08191.144078/2022-61; (23) Correição Ordinária da 2ª 89 Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Júridica Cível Especializada - 08191.144084/2022-90 18; (24) Correição Ordinária da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Júridica Cível



91 Especializada – 08191.144090/2022-75; (25) Correição Ordinária da 1ª P.J. de Falências e de Recuperação de Empresas (Promotor de Justica Pedro Oto de Quadros) – 08191.151067/2022-37; 92 93 (26) Correição Ordinária da 2ª P.J. de Falências e de Recuperação de Empresas (Promotor de Justiça Luciano Coelho Ávila) – 08191.151068/2022-81; (27) Correição Ordinária da 1ª P.J. de 94 Fazenda Pública - 08191.151071/2022-03; (28) Correição Ordinária do Centro de Produção, 95 96 Análise, Difusão e Segurança da Informação - CI (Promotora de Justiça Carolina Rebelo Soares) -97 08191.151158/2022-72. **B.** Decisões que determinaram arquivamento dos seguintes procedimentos: (1) Expediente nº 08191.163526/2022-25. O Corregedor usou da palavra para prestar breves 98 99 esclarecimentos, entre os quais destacou a publicação do anuário estatístico referente ao ano de 2022. O Colegiado, à unanimidade, aprovou os relatórios finais de correição e tomou ciência em 100 relação ao expediente referidos acima, nos termos do art. 16, §2°, e art. 79, §2°, da Resolução 101 CSMPDFT nº 223/2016, e art. 2º, inciso VI, da Resolução CSMPDFT nº 170/2014. A Conselheira 102 Maria Rosynete de Oliveira Lima declarou suspeição em relação ao Item A(22) Correição Ordinária 103 da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Júridica Cível Especializada 104 105 08191.144078/2022-61, bem como não conheceu a decisão referida no Item B, por entender que 106 não é atribuição do Conselho Superior homologar expedientes administrativos da Corregedoria-Geral, conforme art. 166 da LC 75/93. III - ORDEM DO DIA. 1. Processo nº 107 108 **08191.104491/2022-92.** Interessada: Corregedoria-Geral. Assunto: *Inquérito Administrativo* 109 Disciplinar. Relator: Conselheiro Maurício Silva Miranda. Discussão: Foi decretado o sigilo do 110 julgamento. Decisão: O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o Relator pela dispensa do 111 Procurador de Justiça Moisés Antonio de Freitas e designação do Procurador de Justiça Ivaldo 112 Carvalho Goncalves Lemos Júnior como Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar. 2. Processo nº 08191.093293/2022-96. Interessada: Corregedoria-Geral. Assunto: 113 114 Inquérito Administrativo Disciplinar. Relator: Conselheiro Mauro Faria de Lima. Discussão: Em 115 razão da ausência justificada do Relator, foi designado como Relator ad hoc o Conselheiro Antonio Ezequiel de Araujo Neto. Foi decretado o sigilo do julgamento. Decisão: O Conselho Superior, à 116 117 unanimidade, acompanhou o Relator ad hoc pela rejeição das preliminares alegadas e, no mérito, 118 pelo acolhimento da Súmula de Acusação e instauração do Processo Administrativo Disciplinar. 119 Designada a Comissão do PAD, composta pela Procuradora de Justica Marta Eliana de Oliveira – 120 Presidente, e pelos Promotores de Justiça Roberto Carlos Silva e Isabel Maria de Figueiredo Falção 121 Durães. 3. Processo nº 08191.062022/2021-16. Interessadas: Corregedoria-Geral e Procuradoria-122 Geral de Justiça. Assunto: Proposta de alteração da Resolução nº 184/2014 e da Resolução nº 205/2015. Relatora: Conselheira Arinda Fernandes. Discussão: Leitura de resumo do voto pela 123 124 Relatora. Decisão: O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou a Relatora pela alteração da 125 Resolução nº 184/2014 e da Resolução nº 205/2015, nos termos do voto. 4. Processo nº 126 **08191.137228/2020-18.** Interessadas: Corregedoria-Geral e Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: Propostas de alteração dos Regimentos Internos do Conselho Superior e Corregedoria do MPDFT. 127 128 Relatora: Conselheira Arinda Fernandes. Discussão: Processo retirado de pauta. 5. Processo nº 129 08191.102770/2022-11. Interessada: Assessoria de Políticas Institucionais/PGJ. Assunto: Análise 130 sobre a manutenção da 50^a Promotoria de Justiça Operacional junto ao Núcleo de Apoio ao Atendimento Integrado ao Adolescente em Conflito com a Lei (NAIJUD). Relatora: Conselheira 131 Selma Leite Sauerbronn de Souza. Discussão: Leitura de voto pela Relatora. Decisão: O Conselho 132 133 Superior, à unanimidade, acompanhou a Relatora pela manutenção, por tempo indeterminado, da 134 50ª Promotoria de Justica de Apoio Operacional, e alteração da Resolução nº 242/2018, nos termos do voto. 6. Processo nº 08191.127936/2020-41. Interessada: Promotora de Justiça Cristina Rasia 135 Montenegro. Assunto: Afastamento para o Curso de Doutorado na Universidade de Buenos Aires. 136

137

Relatora: Conselheira Arinda Fernandes. Discussão: Após explanação, a Relatora fez leitura do



138 voto. O Conselheiro Antonio Ezequiel informou que fará juntada de voto vogal escrito e sugeriu que o procedimento seja encaminhado também à Corregedoria-Geral, o que foi encampado pela 139 140 Relatora. Decisão: O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o voto da Relatora e julgou 141 descumprido o prazo previsto no inciso VII do art. 10 da Resolução CSMDPFT nº 71/2006, com a remessa dos autos à Procuradoria-Geral de Justiça a fim de que seja instaurado procedimento 142 143 visando a restituição dos valores recebidos pela Promotora de Justiça Cristina Rasia Montenegro a 144 título de vencimentos e vantagens financeiras no período do seu afastamento para estudos, bem 145 como à Corregedoria-Geral, para análise dos fatos sob o aspecto disciplinar. 7. O Presidente do 146 Conselho Superior, atendendo a pedido de inclusão extrapauta do Relator, chamou a julgamento o 147 Processo nº 08191.009561/2023-81. Interessadas: Câmaras de Coordenação e Revisão. Assunto: Solicitação de dispensa da Procuradora de Justiça Helena Cristina Mendonça Mafra da função de 148 149 Coordenadora e Membro Titular da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão Cível. Relator: 150 Conselheiro Maurício Silva Miranda. Discussão: Foi decretado o sigilo do julgamento. Decisão: O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o Relator pela autorização da dispensa da 151 Procuradora de Justiça Helena Cristina Mendonça Mafra e designação da Procuradora de Justiça 152 153 Márcia Pereira da Rocha para compor a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão Cível, nos termos do voto. 8. Processo nº 08191.007097/2023-98. Interessadas: Câmaras de Coordenação e Revisão. 154 Assunto: Solicitação de dispensa da Procuradora de Justiça Arinda Fernandes da 3ª Câmara de 155 156 Coordenação e Revisão Cível. Relator: Conselheiro Rômulo Douglas Gonçalves de Oliveira. 157 Discussão: Breve explanação pelo Relator. Decisão: O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o Relator pela autorização da dispensa da Procuradora de Justiça Arinda Fernandes e 158 159 designação do Procurador de Justiça Mário Perez de Araujo para compor a 3ª Câmara de Coordenação e Revisão Cível, nos termos do voto. 9. Processo nº 08191.008947/2023-75. 160 Interessadas: Promotora de Justiça Alessandra Elias de Queiroga e Chefia de Gabinete/PGJ. 161 162 Assunto: Designação para compor a Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos e da 163 Cidadania. Relator: Conselheiro Rômulo Douglas Gonçalves de Oliveira. Discussão: Leitura de resumo do voto pelo Relator. Decisão: O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o Relator 164 pela aprovação da nomeação da Promotora de Justiça Alessandra Elias de Queiroga como 165 Conselheira da Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, nos 166 termos do voto. IV - MANIFESTAÇÃO DOS CONSELHEIROS. Encerrada a reunião, foi 167 designado o dia 14 de abril de 2023, sexta-feira, às 14h30, para a próxima sessão ordinária do 168 169 Colegiado. Para constar, eu, Antonio Ezequiel de Araújo Neto, Secretário do Conselho Superior, 170 lavrei a presente ata, que segue assinada em conjunto com o Presidente do Egrégio Conselho 171 Superior.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR

> Presidente do Conselho Superior Procurador-Geral de Justiça

ANTONIO EZEQUIEL DE A. NETO

Secretário do CSMPDFT Procurador de Justiça Assinado por:

ANTONIO EZEQUIEL DE ARAUJO NETO - SCS em 20/04/2023. GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR - PGJ em 05/05/2023.

.